
Cantífula de Castro – Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade Católica de Moçambique. Mestre em Sociologia do Trabalho e das Organizações, licenciado em Filosofia e bacharel em Teologia. Sacerdote católico. Contato: padrecantifula@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8624-0815>.)

Rafael Júnior – Mestrando em Comunicação Midiática na UFSM (Brasil). Possui especialização em Neurociência, Constelação Familiar Sistêmica e Gestão em Liderança. É graduado em Comunicação Social com habilitação em Marketing Digital e em Teologia Ministerial. juniorrafaelrafael92@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2844-4410>.)

DO VIRTUAL ÀS RUAS: O IMPACTO DAS REDES SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS CÍVICOS E PROTESTOS EM MOÇAMBIQUE

RESUMO: A ascensão das redes sociais digitais transformou profundamente as dinâmicas de mobilização cívica, redefinindo as formas tradicionais de organização e articulação de protestos em Moçambique. Este artigo analisa o impacto dessas plataformas na coordenação de movimentos sociais, enfatizando sua influência na disseminação de informações, no engajamento coletivo e na construção de narrativas públicas. A partir de uma abordagem qualitativa, baseada em revisão sistemática de literatura, investiga-se o papel das redes sociais como catalisadoras da mobilização cívica, bem como a forma como os algoritmos podem ampliar ou restringir a visibilidade dos movimentos. Além disso, discutem-se os desafios éticos e políticos inerentes a esse novo cenário, incluindo a propagação de desinformação, a vigilância digital e os mecanismos de repressão estatal. O estudo adotou uma perspectiva interdisciplinar para compreender como as plataformas digitais remodelam o ativismo contemporâneo, promovendo novas modalidades de participação política e incidindo diretamente sobre os processos de transformação social.

Palavras-chave: redes sociais, ativismo digital, protestos, movimentos cívicos, mobilização social.

ABSTRACT: The rise of digital social networks has profoundly transformed the dynamics of civic mobilization, redefining traditional forms of organizing and articulating protests in Mozambique. This article analyzes the impact of these platforms on the coordination of social movements, emphasizing their influence on the dissemination of information, collective engagement, and the construction of public narratives. Through a qualitative approach, based on a systematic literature review, it investigates the role of social networks as catalysts for civic mobilization, as well as the ways in which algorithms can either amplify or restrict the visibility of movements. In addition, it discusses the ethical and political

challenges inherent to this new scenario, including the spread of disinformation, digital surveillance, and mechanisms of state repression. The study adopts an interdisciplinary perspective to understand how digital platforms reshape contemporary activism, fostering new forms of political participation and directly impacting processes of social transformation.

Keywords: Social Networks; Digital Activism; Protests; Civic Movements; Social Mobilization.

INTRODUÇÃO

A ascensão das redes sociais como espaços de articulação política e mobilização social constitui um dos fenómenos mais marcantes da contemporaneidade, desafiando os paradigmas tradicionais da participação cívica e da comunicação política. Em Moçambique, tal como noutros contextos africanos, as plataformas digitais emergiram como instrumentos centrais na coordenação de protestos e na disseminação de discursos contestatórios, alterando dinâmicas de engajamento político e redefinindo as relações entre cidadãos e estruturas de poder (Ndiaye, 2021; Ndongmo et. al., 2021; Babeiya & Magoti, 2023).

Nos últimos anos, registam-se em Moçambique episódios de mobilização cívica impulsionados pelas redes sociais, com destaque para manifestações contra a carestia de vida, a corrupção governamental e os protestos pós-eleitorais, muitas das quais organizadas por meio de plataformas como Facebook e WhatsApp. Estas ferramentas permitem a construção de narrativas alternativas àquelas promovidas pelos meios de comunicação convencionais, conferindo aos movimentos sociais um poder sem precedentes na agenda política e midiática (Mutsvairo, et. al., (Eds.), 2024).

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como as redes sociais potenciam a organização de protestos e a articulação de agendas cívicas. Em Moçambique a liberdade de expressão enfrenta desafios impostos por estruturas políticas e institucionais (Mbanje, 2020). A investigação pretende preencher uma lacuna na literatura sobre o impacto das plataformas digitais na mobilização social em contextos africanos lusófonos, que ainda carece de estudos aprofundados.

A questão central que orienta esta pesquisa é: de que forma as redes sociais influenciam a organização e a mobilização de movimentos cívicos e protestos em Moçambique? Para responder a esta interrogação, delineiam-se os seguintes objectivos: (i) analisar o impacto das redes sociais na disseminação de informações, na coordenação de acções e no engajamento social; (ii) investigar o papel dos algoritmos na ampliação ou limitação da visibilidade dos movimentos sociais; e (iii) identificar os desafios éticos e políticos associados à utilização das redes sociais para a organização de protestos, incluindo questões de desinformação, vigilância digital e repressão estatal.

Metodologicamente, esta pesquisa adopta uma abordagem qualitativa, baseada numa revisão sistemática da literatura sobre o tema, com recurso a fontes académicas recentes e estudos de caso de mobilizações cívicas ocorridas em Moçambique.

A pesquisa sobre a intersecção entre redes sociais e mobilização cívica em Moçambique é fundamental para compreender como o activismo digital pode transformar-se em acção concreta, desafiando estruturas tradicionais de poder e promovendo uma maior participação cidadã. Assim, este estudo pretende contribuir para o debate académico sobre as novas formas de engajamento social e político possibilitadas pelas tecnologias digitais, com especial atenção aos desafios e potencialidades que emergem desse processo.

METODOLOGIA

A presente investigação adoptou uma abordagem qualitativa, ancorada na revisão sistemática de literatura, com o intuito de compreender o impacto das redes sociais na organização e mobilização de movimentos cívicos e protestos. A opção metodológica pela revisão de literatura justifica-se pela necessidade de mapear criticamente o conhecimento acumulado sobre o tema, permitindo estabelecer conexões teóricas e empíricas que esclarecem o papel das plataformas digitais na articulação de ações coletivas. Segundo Snyder (2019), a revisão sistemática de literatura é um método essencial para sintetizar e analisar criticamente a produção académica existente, promovendo um entendimento mais aprofundado sobre a temática em questão.

Para estruturar esta revisão, seguiu-se a abordagem proposta por Page et al. (2021), que enfatiza a seleção criteriosa de fontes relevantes e a aplicação de parâmetros rigorosos na análise dos dados coletados. Assim, a pesquisa incidiu sobre artigos científicos, livros e relatórios publicados nos últimos cinco anos, privilegiando estudos que discutem a intersecção entre redes sociais, mobilização cívica e protestos. Gerbaudo (2022) e Milan (2023) fornecem bases teóricas fundamentais para compreender a evolução das dinâmicas de ativismo digital e sua transposição para o espaço físico das manifestações.

No que concerne à análise dos dados, adotou-se uma abordagem interpretativa (Bowen, 2009), que permite extrair padrões e tendências a partir do material examinado. A triangulação teórica e empírica foi realizada mediante a comparação de casos emblemáticos, nomeadamente o movimento *Black Lives Matter* e o movimento *Anómal'ala* de Venâncio Mondlane, analisando as dinâmicas de mobilização, os desafios enfrentados e as repercussões políticas e sociais. A escolha desses casos deve-se ao seu impacto significativo na esfera pública e à sua capacidade de exemplificar como as redes sociais ampliam discursos de resistência e organização cívica.

A análise revelou que as redes sociais desempenham um papel central na disseminação de informações e na coordenação de ações de protesto. Conforme apontado por Bennett (2013), a lógica da “conectividade personalizada” redefine

a mobilização, permitindo que indivíduos se

envolvam em redes descentralizadas de ativismo. No contexto moçambicano, as lives de Venâncio Mondlane evidenciaram a capacidade das plataformas digitais de agregar milhares de seguidores em tempo real, promovendo a articulação de ações concretas de contestação política pós-eleitoral. Contudo, a pesquisa também identificou desafios significativos, tais como a influência dos algoritmos na visibilidade dos conteúdos e a repressão digital por parte do Estado. Segundo Zuboff (2019), a vigilância algorítmica representa um risco para a liberdade de expressão e pode ser instrumentalizada para monitorizar e conter dissidências.

Outrossim, a desinformação emergiu como um fator crítico na dinâmica dos protestos organizados via redes sociais. Estudos recentes (Wardle & Derakhshan, 2017; Carvalho et al., 2024) indicam que a propagação de *fake news* pode comprometer a credibilidade dos movimentos e minar sua capacidade de mobilização. No caso do movimento *Anómal'ala*, foram identificadas tentativas de deslegitimação através da disseminação de narrativas falsas, o que reforça a necessidade de uma gestão estratégica da comunicação digital no ativismo contemporâneo.

Os resultados obtidos corroboram a tese de que as redes sociais não apenas facilitam a mobilização cívica, mas também impõem desafios éticos e políticos que exigem um debate aprofundado. A repressão estatal a ativistas digitais, exemplificada pelo caso moçambicano de Unay Cambuma, indica a necessidade de desenvolver estratégias de proteção e resistência no ambiente digital. A intersecção entre ativismo digital e protestos presenciais sugere que, no futuro, os movimentos sociais tenderão a operar numa lógica híbrida, conjugando a força da conectividade digital com a pressão da ação direta nas ruas (Gerbaudo, 2022; Milan, 2023).

REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTAS DE MOBILIZAÇÃO CÍVICA: A CONECTIVIDADE DIGITAL E A ORGANIZAÇÃO DE PROTESTOS

As redes sociais permitem uma coordenação instantânea e descentralizada, facilitando a organização de protestos em tempo real. A literatura recente destaca como plataformas digitais funcionam como espaços de articulação política e resistência (Milan, 2013; Poell & van Dijck, 2015; Tufekci, 2017).

O culto de protesto em Moçambique aliado ao sentimento de injustiça e exclusão sociais derivado de uma excessiva valorização de lucros corporativos e do *status quo/establishment* das elites económicas, políticas e tecnológicas em detrimento de políticas que promovam o bem-estar social, bem como fragilidades em acomodar e representar diferentes interesses existentes numa sociedade, constituem elementos importantes para o entendimento desta cultura de protesto e mudança de paradigma (Castells, 2015)

Com o ensejo de ver resolvidos seus problemas e após muito tempo sem

se sentirem acolhidos pelo governo, o surgimento da internet e das redes sociais veio como um alívio para o povo moçambicano. Essas ferramentas digitais abriram novas possibilidades de comunicação, permitindo que os cidadãos expressassem suas insatisfações, compartilhassem suas demandas e encontrassem apoio em comunidades virtuais. Além disso, as redes sociais tornaram-se um espaço onde vozes antes silenciadas puderam ganhar visibilidade, pressionando autoridades e promovendo debates públicos sobre questões importantes. Para muitos moçambicanos, a internet representou não apenas uma forma de conexão principalmente nos últimos dois anos (2023-2024), mas também um instrumento de empoderamento e esperança, possibilitando o acesso a informações, oportunidades e um senso de pertença a um mundo cada vez mais interligado.

A obra *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet* de Manuel Castells (2017) é fundamental para compreender a origem dos movimentos sociais, uma vez que estes têm as suas raízes na injustiça estrutural que permeia todas as sociedades, sendo incessantemente desafiada pelas aspirações humanas por justiça.

Machonisse e Ribeiro (2024) argumentam que, em sociedades marcadas por desigualdades estruturais e pela limitação de direitos fundamentais, a organização de grupos sociais torna-se uma resposta natural e necessária à perpetuação dessas injustiças. A pobreza, enquanto fenómeno sistémico, não se limita apenas à escassez de recursos materiais, mas também implica restrições ao acesso a educação, saúde, habitação e oportunidades de mobilidade social. Neste cenário, os indivíduos afetados por essa condição encontram nas redes coletivas (ciberspaço) um espaço de solidariedade e resistência, buscando formas alternativas de reivindicação por melhores condições de vida.

Outrossim, a fragilidade na concessão de direitos democráticos intensifica a necessidade de organização cívica. Em contextos onde o voto, a liberdade de expressão e o direito de participação política são cerceados ou manipulados, os grupos sociais emergem como forças mobilizadoras para pressionar por reformas e denunciar abusos (Sitoe, 2017). A repressão estatal, por sua vez, representa um mecanismo de controle social que visa silenciar vozes dissonantes e manter o *status quo*. No entanto, historicamente, essa repressão tem gerado reações contrárias, levando ao fortalecimento de movimentos sociais que, ao articular-se, conseguem ampliar suas demandas e contestar as narrativas oficiais.

Joanguete (2017) discute como a internet tem remodelado as relações entre governos e cidadãos, promovendo novas formas de engajamento político e ativismo digital. A isso se liga a *cibercidadania*, um conceito que engloba a participação ativa dos cidadãos nos processos políticos por meio das tecnologias digitais. Com efeito, Joanguete argumenta que, em países com democracias ainda em consolidação, caso moçambicano, as redes sociais podem tanto fortalecer a transparência e a deliberação pública quanto ser instrumentalizadas para manipulação política e repressão da oposição.

Outro fator que impulsiona a união desses grupos é o desrespeito à diversidade cultural, racial, de género e religiosa. Sociedades que não reconhecem plenamente a pluralidade de identidades e direitos fomentam um

ambiente de exclusão e marginalização. Como resposta, os indivíduos pertencentes a comunidades historicamente discriminadas organizam-se para reivindicar igualdade de tratamento e o reconhecimento de suas especificidades. Movimentos feministas, antirracistas e de defesa dos povos indígenas, por exemplo, emergem como expressões legítimas da luta por inclusão e justiça social.

Dessa forma, a mobilização social não ocorre de maneira aleatória, mas sim como um reflexo da necessidade de transformação estrutural. Os movimentos sociais surgem e se fortalecem na medida em que as desigualdades se tornam insustentáveis e as instituições falham em garantir direitos fundamentais. Seja por meio de manifestações públicas, ocupações, campanhas de sensibilização ou do uso estratégico das redes sociais, esses grupos desempenham um papel imprescindível na promoção de mudanças sociais, políticas e culturais, desafiando regimes opressores e impulsionando a construção de sociedades mais justas e democráticas. De facto, o espaço digital permite que pessoas singulares e grupos de interesse possam livremente ter acesso a diferentes conteúdos, bem como ser agentes ativos na produção de seus próprios conteúdos (Milan, 2013; Marques, 2014).

Magnoni e Miranda (2018) indicam que algumas das principais mudanças que a cibercultura trouxe, por meio da cultura participativa, foram de dinâmicas comunicacionais que deixaram de ser exclusivamente unidirecionais (um emissor e vários receptores) e hierárquicos (dirigidos por corporações de mídia) para passarem a horizontais, adotando-se o modelo de muitos (emissores) para muitos (receptores); o fato de os seus usuários serem valorizados como agentes ativos (criadores e consumidores de conteúdos) e não como passivos (apenas receptores); e de a cultura participativa permitir a conexão permanente entre grupos de interesse ou comunidades virtuais bem como entre pessoas singulares, o que difere do isolamento experimentado pelos indivíduos na sua interação com as mídias tradicionais. Adicionalmente, Maíra Valencise Gregolin (2012) explica que é na cultura participativa que assenta toda a funcionalidade e essência da cibercultura. Aliás,

Ativismo é essencialmente algo feito conjuntamente por muitas pessoas, mas deve-se ter cuidado com o senso de grupo ou de coletivo que se é empregado aqui. (...) Deve existir um sentimento de identidade compartilhada, a qual pode ser melhor compreendida pelo reconhecimento da raiva, medo, esperança e outras emoções sentidas no processo de transgressão social. Solidariedade e transgressão, coletividade e ação, são os gêmeos do ativismo. O que separa o ativismo de multidões saindo do cinema, ou grupos reunidos, é que os ativistas reconhecem uns nos outros o desejo de transformar a maneira pela qual suas vidas são vividas (Jordan, 2002, p. 12).

Para Battezzini e Reginato (2016), o ativismo é resultante dos anseios de um grupo de pessoas, com a mesma ideologia ou convicção, que desejam alterar as reais condições impostas tanto pela esfera pública quanto privada. Tal prática implica em participações ativas da coletividade, visando revolucionar e alterar determinadas realidades sociais.

Os protestos pós-eleitorais, em Moçambique, refletem essa dinâmica, pois são frequentemente motivados por denúncias de irregularidades eleitorais, suspeitas de fraude e repressão contra opositores políticos. Nestes contextos, os

cidadãos, muitas vezes liderados por partidos da oposição, ativistas e organizações da sociedade civil, engajam-se em manifestações públicas com o objetivo de pressionar o governo e os órgãos eleitorais para a reavaliação dos resultados e a implementação de reformas democráticas.

A mobilização coletiva nesses cenários busca alterar a realidade política vigente, desafiando estruturas de poder que, segundo os manifestantes, não garantem eleições livres e justas. No entanto, o ativismo em Moçambique enfrenta desafios como a repressão estatal, censura digital e intimidação dos participantes. Ainda assim, as redes sociais desempenham um papel crucial na ampliação das vozes dissidentes, permitindo a organização de protestos, a disseminação de denúncias e a formação de uma consciência cívica mais crítica e mobilizada.

Note-se, portanto, que o ativismo digital ou ciberativismo, destaca-se pelo uso estratégico das mídias digitais para mobilizar pessoas, promover causas, ampliar vozes e pressionar por mudanças sociais, políticas ou ambientais, conectando indivíduos e facilitando a organização de ações coletivas em escala global. Conforme Battezzini e Reginato (2016, p.6), “o ativismo realizado pelos canais de comunicação tecnológicos diferencia-se dos demais pelo seu alcance, pois utiliza as ferramentas cibernéticas para promover ações que visam o mesmo objetivo.” Ainda os autores dizem que “[...] é possível, através do uso da internet, militar por causas que estejam ocorrendo do outro lado do planeta, ou também por causas que já vem acontecendo com frequência os excessos[...].”

Lévy (1999) diz que as relações no espaço virtual “são construídas sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos, em um processo mútuo de cooperação e troca.” Ao passo que Lemos (2005), esse processo de ativismo digital, caracteriza-se como “era conexão” e da “mobilidade”.

As redes digitais revolucionaram o espaço virtual em Moçambique ao democratizar o acesso à informação, impulsionar a comunicação em tempo real, fomentar o ativismo social e político, e criar novas oportunidades econômicas e educacionais, conectando comunidades e reduzindo barreiras geográficas.

As redes digitais transformaram o ativismo e a forma de se fazer política em Moçambique, permitindo mobilização rápida das pessoas, ampliação de vozes marginalizadas, organização de campanhas online e pressão social mais eficaz, além de conectar ativistas local e globalmente. Com isso,

A era da conexão parece estar colocando em sinergia espaço virtual, espaço urbano e mobilidade. Depois de séculos de esvaziamento do debate político no espaço público, esse fenômeno mostra o desgaste das atividades políticas clássicas e a emergência de novas formas micro-políticas de ação. As mobs¹, por serem reuniões de pessoas em torno de uma performance sem caráter político, ou com caráter político explícito, revelam, por assim dizer, sua mais radical dimensão social. Ativismo global, hedonismo, micro política e *nonsense*, marcas da pós-modernidade, são aí evidentes. O vitalismo social em torno das *mobs mostram* essa vontade de conexão para além de uma vida política institucionalizada (Lemos, 2005).

À medida que os meios de comunicação se desenvolveram, novas perspectivas sobre a população foram se fortalecendo. Um exemplo disso é o ativismo que, ao ser praticado pela internet, consegue ampliar ainda mais ações coletivas organizadas com objetivos comuns.

Do virtual às ruas, o movimento *Anómal'ala*, liderado por Venâncio

Mondlane, tem transformado o cenário político e comunicativo em Moçambique, assim como o movimento *Black Lives Matter* (BLM) impactou os Estados Unidos e o mundo. Ambos os movimentos utilizam as redes sociais como ferramentas poderosas para mobilizar pessoas, ampliar vozes marginalizadas e promover mudanças sociais e políticas. Enquanto o BLM surgiu como resposta ao racismo sistêmico e à violência policial contra negros (Lebron, 2023), o movimento *Anómal'ala* foca na inclusão política, transparência e participação cívica em Moçambique, mostrando como a internet pode ser um espaço de resistência e transformação.

Assim como o BLM conectou ativistas globalmente e levou milhões às ruas em protestos (Rickford, 2016), o movimento *Anómal'ala* tem incentivado os moçambicanos, especialmente os jovens, a engajarem-se na política e a cobrarem mudanças concretas, que levou as pessoas das ruas ao espaço virtual. Exemplo disso são as suas lives esperadas com muita euforia. Ambos os movimentos destacam a importância de dar voz a grupos historicamente excluídos: o BLM amplifica as demandas da comunidade negra, enquanto o *Anómal'ala* busca inclusão: adultos, jovens e comunidades rurais no debate político moçambicano, um espaço que outrora estava apenas reservado à elite.

Por outro lado, tanto o BLM quanto o *Anómal'ala* desafiam estruturas tradicionais de poder, promovendo uma comunicação direta, incisiva e transparente com a população. Enquanto o BLM utiliza *hashtags* e campanhas online para conscientizar sobre injustiças raciais (Freelon et al., 2016), Venâncio Mondlane usa as redes sociais, com destaque para Facebook e WhatsApp, para aproximar-se dos cidadãos, discutir problemas locais e inspirar esperança num futuro mais justo. Ambos os movimentos mostram que, do virtual às ruas, a mobilização digital pode ser um aliado poderoso para mudanças sociais e políticas, conectando pessoas e transformando realidades.

O movimento *Anómal'ala* anuncia uma nova era, que denominamos de *ConnectComing*. O conceito de *ConnectComing* resulta da fusão dos termos *connect* (conectar) e *coming* (chegada, aproximação), referindo-se a um fenómeno caracterizado pela proximidade digital entre as pessoas e a superação das barreiras físicas e temporais por meio das tecnologias de comunicação.

Este conceito alude ao modo como as redes sociais e outras plataformas digitais possibilitam conexões instantâneas e interações contínuas, independentemente da localização geográfica ou do fuso horário. No contexto da mobilização cívica e dos protestos, o *ConnectComing* reflete a capacidade das redes digitais de viabilizar a articulação de grupos, a disseminação de informações e a organização de ações coletivas em tempo real, favorecendo a participação ativa dos cidadãos na esfera pública.

Este fenómeno está diretamente relacionado à globalização da informação e à ascensão de uma cibercidadania (Joanguete, 2017), na qual os indivíduos exercem a sua cidadania através do espaço virtual, promovendo debates, reivindicações e mobilizações sociais que podem, posteriormente, transbordar para o mundo físico.

Essa era é caracterizada pela presença virtual ativa, como nas “lives” de Venâncio Mondlane, onde se conecta diretamente com os cidadãos internautas,

mesmo sem estar fisicamente presente. Através de dispositivos móveis e redes sociais, as pessoas interagem, debatem questões urgentes e compartilham ideias em tempo real, algo que, num contexto tradicional de encontros presenciais, demandaria muito mais tempo e esforço. O *ConnectComing* representa, assim, uma revolução na forma como os moçambicanos se engajam politicamente, criando um espaço dinâmico e inclusivo para o diálogo e a mobilização coletiva.

Magnoni e Miranda (2018) destacam que a comunicação no ambiente digital está

diretamente associada à livre expressão, permitindo que os usuários com acesso à internet produzam seus próprios conteúdos, formem comunidades virtuais e reivindiquem seus direitos, além de utilizarem esse espaço para entretenimento. Assim, o ciberespaço emerge como um instrumento de engajamento social e exercício da cidadania digital.

Nesse contexto, o ciberespaço transforma-se numa “república autónoma”, dada a sua relativa independência do controle estatal. Esse ambiente representa uma “zona de impotência” do Estado, onde a liberdade de produção e consumo de conteúdo predomina.

Por sua vez, Gregolin (2012) argumenta que essa falta de controle estatal não significa que o ciberespaço seja um espaço de “anarquia” ou “caos”. Pelo contrário, ele se autorregula por meio de dinâmicas constantes de participação, (re)criação e consumo de conteúdos, impedindo a consolidação de um poder fixo ou de estruturas permanentes de controle. Dessa forma, a fluidez e a descentralização são características fundamentais desse ambiente digital.

O Papel dos Algoritmos na Ampliação de Movimentos

Os algoritmos desempenham um papel fundamental na visibilidade de movimentos sociais, determinando o alcance de conteúdos e a sua viralização. No entanto, a lógica algorítmica pode tanto impulsionar como restringir a difusão de manifestações políticas (Bennett, 2013; Bruns, 2019).

Os algoritmos, enquanto mecanismos que regulam a distribuição de conteúdo nas plataformas digitais, desempenham um papel central na ampliação de movimentos sociais, determinando quais mensagens alcançam maior visibilidade e engajamento (Bucher & Helmond, 2018). A forma como esses sistemas operam influencia diretamente a dinâmica da participação cívica, podendo tanto potencializar a mobilização coletiva quanto restringi-la por meio da criação de bolhas informativas e ampliação de discursos específicos.

A literatura recente destaca que os algoritmos são projetados para maximizar a interação dos usuários, priorizando conteúdos que despertam emoções intensas, como indignação e entusiasmo (Tufekci, 2017). Esse fator é essencial para compreender o impacto das redes sociais na propagação acelerada de movimentos, como ocorreu em Moçambique com as transmissões ao vivo do político Venâncio Mondlane. As suas “lives” rapidamente reuniam centenas de milhares de espectadores, um fenómeno ampliado pela lógica

algorítmica que valoriza conteúdos com alta

taxa de engajamento e compartilhamento (Chadwick, 2017). Esse tipo de propagação demonstra como os algoritmos podem ser estratégicos na disseminação de discursos políticos e na mobilização de seguidores.

Contudo, os algoritmos também impõem desafios à equidade da participação digital. Ao favorecer conteúdos que reforçam as preferências e crenças dos usuários, eles tendem a criar câmaras de eco, limitando a exposição a perspectivas divergentes e promovendo a polarização social (Sunstein, 2018). No caso do movimento *Anómal'ala*, esse efeito pode ter contribuído para a construção de uma base altamente engajada, porém isolada de contrapontos e debates mais amplos. Esse fenómeno ressalta a importância de um uso consciente e estratégico das redes sociais na articulação de movimentos sociais, evitando que a viralização de conteúdos seja acompanhada de desinformação ou reforço de narrativas unilaterais.

Além disso, as plataformas digitais possuem um controle opaco sobre a visibilidade dos conteúdos, podendo modificar seus algoritmos de forma a beneficiar ou prejudicar determinados discursos (Pasquale, 2015). Isso levanta questionamentos sobre a dependência dos movimentos sociais em relação às infraestruturas digitais controladas por grandes corporações. Proximamente, pesquisas indicam que mudanças em algoritmos podem reduzir o alcance de certos conteúdos políticos, comprometendo a capacidade de mobilização online (Zuboff, 2023). Portanto, compreender essas dinâmicas é essencial para que atores políticos e ativistas possam adotar estratégias eficazes na utilização das plataformas digitais. Neste caso, os ativistas precisam identificar as tendências de seus seguidores. Em Moçambique, nos últimos dias, o movimento *Anómal'ala*, de carácter venancista, tem gerado grande engajamento. Os algoritmos das redes sociais recomendam esse conteúdo, já que ele desperta maior interesse entre o público.

Diante desse cenário, torna-se fundamental promover uma alfabetização digital que capacite os cidadãos a interagir criticamente com os algoritmos e suas implicações (Couldry & Mejias, 2020). Para que a ampliação dos movimentos sociais nas redes ocorra de forma equitativa e democrática, é necessário não apenas explorar os mecanismos algorítmicos de disseminação, mas também considerar suas limitações e desafios. Como aponta Napoli (2019), a regulação desses sistemas e a transparência na sua operação são passos fundamentais para garantir que a ampliação de vozes na esfera digital não reproduza desigualdades e assimetrias de poder.

DA MOBILIZAÇÃO VIRTUAL À AÇÃO COLETIVA NAS RUAS

A emergência das redes sociais enquanto espaço de mobilização política e ativismo digital tem proporcionado a transição de manifestações virtuais para ações concretas nas ruas. A interseção entre a esfera digital e a contestação presencial manifesta-se na capacidade de conectar indivíduos em torno de ideais comuns, fomentando dinâmicas de mobilização e engajamento que transcendem a virtualidade. Howard e Hussain (2013) destacam que as plataformas digitais não apenas ampliam discursos, mas também desempenham um papel estruturante na coordenação logística de protestos, fornecendo canais de comunicação instantânea e descentralizada que permitem a rápida disseminação de informações e a articulação de ações coletivas.

No contexto contemporâneo, observa-se que os algoritmos das redes sociais desempenham um papel determinante na visibilidade de determinados conteúdos, influenciando a forma como mensagens ativistas são difundidas e absorvidas pelo público. Recuero (2024) sustenta que a lógica algorítmica privilegia conteúdos que geram elevado engajamento, o que contribui para a viralização de discursos de mobilização e fortalecimento identitário de determinados movimentos. Esta dinâmica foi evidente no caso do movimento *Anómal'ala*, liderado por Venâncio Mondlane, cujas transmissões ao vivo rapidamente captaram a atenção de milhares de seguidores, fomentando um sentimento de urgência e coesão social em torno das reivindicações políticas e democráticas em Moçambique. A confluência entre a insatisfação popular e a eficiência dos mecanismos digitais de ampliação resultou num movimento cuja expressão superou os limites do ambiente virtual, convertendo-se em manifestações presenciais de contestação dos resultados fraudulentos anunciados pelo Conselho Constitucional.

O caso do movimento *Anómal'ala* demonstra como a interação entre ativismo político e redes sociais pode ser transformadora, mas também suscita reflexões sobre a necessidade de compreender os algoritmos como mediadores de processos sociais e políticos. Se, por um lado, essas tecnologias oferecem oportunidades inéditas de mobilização, por outro, seu impacto depende das estruturas que as regulam e dos modos como são apropriadas pelos usuários. Assim, os movimentos sociais devem desenvolver competências digitais e estratégias adaptativas para maximizar seu alcance, contornar limitações e promover um debate mais plural no espaço digital. expressão superou os limites do ambiente virtual, convertendo-se em manifestações presenciais de contestação dos resultados fraudulentos anunciados pelo Conselho Constitucional.

A relação entre mobilização digital e ação presencial também se evidencia no caso do *Black Lives Matter*, que teve sua difusão inicial fortemente alavancada pelas redes sociais. De acordo com Figueiredo (2023), o impacto desse movimento deve-se não apenas à repercussão de vídeos e testemunhos sobre violência policial, mas igualmente à capacidade de organização e coordenação promovida pelas plataformas digitais. O uso estratégico do Twitter, Facebook e Instagram permitiu a convocação de protestos simultâneos em

diversas cidades, revelando o potencial das redes sociais enquanto catalisadores de resistência e mobilização coletiva.

No entanto, a eficácia da mobilização digital depende de múltiplos fatores, incluindo a ressonância do discurso, a resposta institucional e a capacidade de manutenção da mobilização para além da efervescência inicial. Enquanto alguns movimentos conseguem transitar da virtualidade para ações concretas duradouras, outros tendem a dissipar-se diante de desafios organizacionais ou repressões estatais. Como sublinha Tufekci (2017), a rapidez na formação de movimentos digitais pode ser acompanhada de fragilidades estruturais que dificultam sua sustentabilidade a longo prazo, tornando essencial a combinação de estratégias digitais com formas tradicionais de organização política.

Diante desse cenário, é imperativo compreender que as redes sociais não são apenas instrumentos de visibilidade, mas verdadeiros espaços de construção discursiva e articulação estratégica. A interação entre tecnologia e ativismo redefine as dinâmicas de contestação política, permitindo que vozes antes marginalizadas alcancem audiências globais. No entanto, os desafios inerentes à modulação algorítmica, à censura digital e à volatilidade do engajamento requerem uma abordagem crítica sobre os limites e possibilidades das plataformas digitais enquanto motores de transformação social.

No contexto das redes sociais, a influência das *fake news* e da desinformação nas dinâmicas sociopolíticas contemporâneas adquire uma dimensão ainda mais complexa, uma vez que a velocidade da disseminação de informações ultrapassa, em larga escala, a capacidade de verificação de factos. A desinformação não se limita à propagação de factos falsos, mas também inclui narrativas enganosas que, ao explorarem emoções e preconceitos, tornam-se eficazes na mobilização de grupos sociais (Wardle & Derakhshan, 2017). Tal fenómeno impacta diretamente a legitimidade dos movimentos cívicos, pois deturpa as suas reivindicações, mina a sua credibilidade e enfraquece o seu poder de pressão sobre as instâncias políticas.

A proliferação de *fake news* não ocorre de forma aleatória, mas está intrinsecamente ligada aos algoritmos das plataformas digitais, os quais privilegiam conteúdos altamente engajadores, independentemente da sua veracidade (Marwick & Lewis, 2017). Ao operar com base na maximização do tempo de permanência dos utilizadores, as redes sociais tendem a favorecer discursos polarizados e sensacionalistas, criando bolhas informativas que reforçam convicções preexistentes. Esta dinâmica contribui para a erosão do espaço público democrático (Carratalá, 2023), uma vez que dificulta o debate fundamentado e fomenta antagonismos entre grupos com visões políticas distintas.

O movimento *Anómal'ala*, liderado por Venâncio Mondlane, exemplifica de forma paradigmática a relação entre mobilização digital e os desafios impostos pela desinformação. As suas transmissões ao vivo, que rapidamente atingiram milhares de espectadores, demonstram o potencial das redes sociais na difusão de discursos políticos e na articulação de protestos. No entanto, a ampliação

mediada pelos algoritmos não ocorre de forma neutra. A viralização de conteúdos políticos nas redes sociais é frequentemente acompanhada por narrativas concorrentes, muitas vezes impulsionadas por agentes interessados em desacreditar tais movimentos (Tandoc et al., 2019). No caso de *Anómal'ala*, verificou-se a disseminação de informações falsas que procuravam associar o movimento a intenções subversivas, desviando o foco das suas reivindicações centrais.

Este tipo de estratégia não é exclusivo do contexto moçambicano. Como demonstram estudos sobre o movimento *Black Lives Matter* (Freelon et al., 2020), a manipulação informativa é uma tática recorrente utilizada para enfraquecer movimentos sociais e deslegitimar as suas causas. Nos Estados Unidos, por exemplo, redes coordenadas de desinformação foram utilizadas para ampliar tensões raciais e criar dissensões internas entre os apoiantes do movimento. Tal como no caso moçambicano, a estratégia consistiu na propagação de rumores infundados e na distorção de eventos, tornando a luta pela justiça social num campo de batalha informacional.

A análise da influência das *fake news* e da desinformação sobre movimentos sociais evidencia a necessidade de estratégias eficazes de literacia mediática. Combater a desinformação exige não apenas mecanismos de verificação de factos, mas também o fortalecimento das competências críticas dos cidadãos no consumo de informação digital (Guess et al., 2021). Neste sentido, a mobilização cívica precisa de incorporar práticas que mitiguem os impactos da desinformação, promovendo a transparência na comunicação e reforçando a confiabilidade das fontes.

O estudo da interseção entre mobilização digital e desinformação revela que, embora as redes sociais representem uma ferramenta poderosa para a organização de movimentos sociais, o seu potencial emancipatório pode ser comprometido por campanhas de desinformação estrategicamente articuladas. A experiência do movimento *Anómal'ala* evidencia que a influência dos algoritmos, aliada à disseminação de *fake news*, pode tanto impulsionar como minar a legitimidade de protestos. Assim, a luta por justiça social e democratização do espaço público digital passa, inevitavelmente, pela capacidade de interpretar criticamente o fluxo informacional e resistir à manipulação mediática.

Implicações e Desafios Éticos

A ascensão do ativismo digital tem sido acompanhada por um aumento das práticas de monitorização estatal e repressão digital, levantando desafios éticos complexos sobre privacidade, vigilância e liberdade de expressão. O crescimento da mobilização online, facilitado pelas redes sociais e pelo acesso generalizado à informação, tornou-se um instrumento poderoso para a contestação política, mas também expôs indivíduos e grupos a novas formas de repressão governamental. Estudos recentes indicam que regimes autoritários e mesmo democracias consolidadas têm adotado estratégias sofisticadas para rastrear dissidentes e limitar a circulação de discursos contestatórios no ambiente digital (Hintz, Dencik & Wahl-

Jorgensen, 2018). Essa dualidade entre emancipação e controle reflete a tensão inerente ao ciberespaço, onde a promessa de liberdade informacional colide com mecanismos de censura e vigilância.

Zuboff (2019, 2023) expõe como a vigilância digital evoluiu para uma estrutura de controle social sem precedentes, em que a coleta massiva de dados não apenas antecipa padrões de comportamento, mas também orienta ações repressivas por parte do Estado. A sofisticação algorítmica permite que governos monitorem interações virtuais e identifiquem padrões de organização de protestos antes mesmo de sua materialização nas ruas. Essa realidade evidencia a necessidade de um debate ético profundo sobre os limites da vigilância e os direitos digitais dos cidadãos. Milan (2023) argumenta que a repressão digital não se limita à censura direta, mas também opera através da desinformação estratégica, do bloqueio de conteúdos e da manipulação de narrativas em plataformas sociais.

A repressão digital torna-se particularmente visível em contextos de contestação política, como no caso do movimento *Anómala* em Moçambique, liderado por Venâncio Mondlane. A rápida disseminação das suas transmissões ao vivo, alcançando milhares de espectadores, gerou uma resposta agressiva do Estado, incluindo sequestros, detenções arbitrárias e ameaças aos seus seguidores. A página do Facebook “Unay Cambuma” foi vítima de caçada e aprisionamento de seus supostos administradores. Este caso exemplifica como governos recorrem não apenas à repressão física, mas também à guerra informacional para enfraquecer movimentos emergentes. Gerbaudo (2021) enfatiza que a repressão digital frequentemente precede ações concretas de retaliação, funcionando como uma etapa preparatória para desmobilizar opositores e fragmentar a coesão de grupos ativistas. Assim, a articulação entre controle estatal e tecnologia levanta questões fundamentais sobre a sustentabilidade do ativismo digital num ambiente cada vez mais hostil.

Apesar desses desafios, o futuro do ativismo digital parece apontar para uma maior interligação entre mobilização virtual e ação presencial. Milan (2023) sugere que o ativismo híbrido, que combina estratégias digitais e ocupação do espaço público, será crucial para enfrentar mecanismos de censura e repressão. Essa interdependência entre os domínios digital e físico reflete uma adaptação às novas dinâmicas de poder e uma tentativa de mitigar os efeitos do cerceamento estatal. Além disso, o desenvolvimento de tecnologias descentralizadas e redes criptografadas pode oferecer alternativas mais seguras para a organização de movimentos sociais.

Neste contexto, torna-se imprescindível repensar as implicações éticas do uso das tecnologias digitais para a mobilização cívica. Se, por um lado, o ativismo digital amplia o alcance das vozes dissidentes e facilita a articulação de protestos, por outro, expõe indivíduos a riscos cada vez mais sofisticados de repressão. A criação de mecanismos de proteção da privacidade digital e a promoção da alfabetização mediática emergem como estratégias fundamentais

para garantir que as redes sociais continuem a ser espaços de resistência transformação social, sem que isso comprometa a segurança dos ativistas e a liberdade de expressão.

Considerações finais

As redes sociais têm desempenhado um papel incontestável na organização e mobilização de movimentos cívicos e protestos, funcionando como catalisadoras de ações coletivas e ampliando o alcance de discursos contestatórios. A presente pesquisa demonstrou que plataformas digitais como Facebook, Twitter e WhatsApp não apenas viabilizam a disseminação rápida de informações, mas também estruturam a coordenação de manifestações, permitindo uma articulação dinâmica entre o espaço virtual e a ação presencial. O caso do movimento *Black Lives Matter*, assim como a ascensão do *Anómal'ala* de Venâncio Mondlane, evidenciam a crescente influência dessas plataformas na mobilização social, tornando-se instrumentos essenciais para a visibilidade e resistência de causas políticas e sociais.

Contudo, a pesquisa também evidenciou desafios significativos inerentes à utilização das redes sociais para fins de mobilização cívica. A atuação dos algoritmos, ao mesmo tempo que pode ampliar determinadas vozes e reivindicações, pode igualmente silenciar narrativas por meio de mecanismos de filtragem e moderação de conteúdos. Igualmente, a proliferação da desinformação e das *fake news* representa uma ameaça à credibilidade dos movimentos, comprometendo a sua legitimidade e a percepção pública das suas causas. Paralelamente, a crescente vigilância estatal e a repressão digital impõem riscos concretos aos ativistas, levantando preocupações éticas sobre privacidade, liberdade de expressão e segurança digital.

Dessa forma, torna-se fundamental um olhar crítico sobre o impacto das redes sociais na organização de protestos e a necessidade de estratégias que garantam o uso responsável dessas plataformas. A regulação dos algoritmos, o fortalecimento da literacia digital e a implementação de mecanismos que protejam os ativistas contra a repressão estatal são medidas essenciais para assegurar que o ativismo digital continue a ser um vetor de transformação social. Em última instância, o futuro dos movimentos cívicos dependerá da capacidade de conciliar o potencial emancipatório das redes sociais com a mitigação dos seus desafios éticos e políticos, garantindo que estas plataformas permaneçam espaços de resistência democrática e participação ativa dos cidadãos.

Referencias bibliográficas

- Babeiya, E. E., & Magoti, G. M. (2023). Digital Revolution and the Prospects for Online Political Communication. *University of Dar es Salaam Library Journal*, 18(1), 3-21.
- Battezzini, A. P., & Reginato, K. C. (2016). O ativismo popular e o papel das mídias digitais: reflexos de um novo modelo de exercer democracia no cenário contemporâneo e seus impactos na esfera política. *Revista de Direito Brasileira*,

- 15(6), 173-184.
- Bennett, W. L. (2013). *The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge University Press.
- Bruns, A. (2019). *Are filter bubbles real?* John Wiley & Sons.
- Bucher, T., & Helmond, A. (2018). The affordances of social media platforms. *The SAGE handbook of social media*, 1, 233-254.
- Carratalá, A. (2023). Disinformation and sexual and gender diversity in Spain: Twitter users' response, and the perception of LGBTQI+ organisations. *Social Sciences*, 12(4), 206.
- Carvalho, L. H. O., de Souza Neres, K., Santos, T. V., & Rodrigues, R. M. (2024). O cenário da desinformação: a problemática das fake news e a garantia do direito de informação. *Revista Multidisciplinar*, 37(2), 1-21.
- Castells, M. (2015). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. John Wiley & Sons.
- Castells, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power*. Oxford University Press.
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2020). The costs of connection: How data are colonizing human life and appropriating it for capitalism.
- Figueiredo, W. S. (2023). A dialética virtual x real: a Primavera Árabe e junho de 2013. *Revista Ciência Geográfica*, 27(4), 2340-2357.
- Freelon, D., McIlwain, C. D., & Clark, M. (2016). Beyond the hashtags: # Ferguson, # Blacklivesmatter, and the online struggle for offline justice. *Center for Media & Social Impact, American University, Forthcoming*.
- Gerbaudo, P. (2021). Are digital parties more democratic than traditional parties? Evaluating Podemos and Movimento 5 Stelle's online decision-making platforms. *Party Politics*, 27(4), 730-742.
- Gregolin, M. V. (2012). Vozes nômades: ativismo transmídia e mobilizações sociais. *Revista GEMInIS*, 3(1), 6-24.
- Hintz, A., Dencik, L., & Wahl-Jorgensen, K. (2018). *Digital citizenship in a datafied society*. John Wiley & Sons.
- Howard, P. N., & Hussain, M. M. (2013). *Democracy's fourth wave?: digital media and the Arab Spring*. Oxford University Press.
- Joanguete, C. (2017). Comunicação política e cibercidadania: um desafio para as democracias emergentes. *Comunicação e política: Tempos, contextos e desafios*, 195-208.
- Jordan, T. (2002). *Activism!: direct action, hacktivism and the future of society*. Reaktion books.
- Lazer, D. M., Baum, M. A., Benkler, Y., Berinsky, A. J., Greenhill, K. M., Menczer, F., ... & Zittrain, J. L. (2018). The science of fake news. *Science*, 359(6380), 1094-1096.
- Lebron, C. J. (2023). *The making of black lives matter: A brief history of an idea*. Oxford University Press.

- Machonisse, T., & Ribeiro, O. (2024). Cidadania digital e cultura de protesto em Moçambique: liberdade de expressão em julgamento. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 10(1).
- Magnoni, A. F., & Miranda, G. V. (2018). Convergência midiática, cultura participativa e o campo da Comunicação: possíveis relações a partir da interação com as novas tecnologias. *Interin*, 23(2), 73–89.

- Marques, F. P. J. A. (2014). Democracia online e o problema da exclusão digital. *Intexto*, 30, 93–113.
- Marwick, A., & Lewis, R. (2017). Media manipulation and disinformation online. *Data & Society Research Institute*.
- Mbanje, T. S. (2020). The Role of Regional Organisations in Upholding Credible and Legitimate Electoral Processes in Africa.
- Milan, S. (2013). *Social movements and their technologies: Wiring social change*. Springer.
- Milan, S. (2013). *Social movements and their technologies: Wiring social change*. Springer.
- Mutsvairo, B., Bebawi, S., & Borges-Rey, E. (Eds.). (2024). *The Routledge Companion to Journalism in the Global South*. London: Routledge.
- Ndiaye, B. (2021). Social movements and the challenges of resource mobilization in the digital era: A case from francophone West Africa. *Africa Today*, 68(1), 49-71.
- Ndongmo, K., Ali, A. M., Farahat, M., Brhane, A., Gagliardone, I., Nyabola, N., ... & Karekwaivanane, G. (2021). Opening and Closing Online Civic Space in Africa: An Introduction to the Ten Digital Rights Landscape Reports. *AfricArXiv*.
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., ... & Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *bmj*, 372.
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin Press.
- Pasquale, F. (2015). *The black box society: The secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press.
- Recuero, R. (2024). *A rede da desinformação: Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais*. Editora Sulina.
- Reis, J. C., Melo, P., Silva, M., & Benevenuto, F. (2023). Desinformação em plataformas digitais: Conceitos, abordagens tecnológicas e desafios. *Sociedade Brasileira de Computação*.
- Rickford, R. (2016, January). Black lives matter: Toward a modern practice of mass struggle. In *New labor fórum* (Vol. 25, No. 1, pp. 34-42). Sage CA: Los Angeles, CA: SAGE Publications.
- Sitoe, T. H. (2017). Rap de protesto, ativismo digital e liberdade de expressão em Moçambique. *IESE-Instituto de Estudos Sociais e Económicos*, 1-15.
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of business research*, 104, 333-339.
- Sunstein, C. (2018). *# Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton university press.
- Tandoc, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2019). Defining "fake news": A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, 6(2), 137-153.
- Tufekci, Z. (2017). *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. Yale University Press.
- Tufekci, Z. (2017). *Twitter and tear gas: The power and fragility of networked protest*. Yale University Press.
- van Dijck, J., & Poell, T. (2015). Social media and the transformation of public

- space. *Social Media+ Society*, 1(2).
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe Report*.
- Zuboff, S. (2023). The age of surveillance capitalism. In *Social theory re-wired* (pp. 203-213). Routledge.

